



PSD p.7

Defender o interesse nacional nas negociações dos fundos estruturais



PARLAMENTO p.9

Dinheiro dos pobres é para obras sociais, não para salvar bancos

Povo Livre



nº 2005

7 de março de 2018

Diretor: José Cancela Moura
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Partido Social Democrata | Identificação Fiscal: 500835012. | Sede de Redação/Editor: Rua de S. Caetano, nº9, 1249-087 LISBOA | Estatuto editorial: <http://www.psd.pt/ficheiros/ficheiros/ficheiro1501002248.pdf>

“HÁ VIDA PARA LÁ DA ECONOMIA”

O presidente do PSD em visita à Bolsa de Turismo de Lisboa





JOSÉ CANCELA MOURA | Diretor do "Povo Livre"

IMPEDIR O ABSURDO

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é uma instituição com 500 anos. A sua missão cruza-se com a nossa própria história. É impossível desligar a ação social e a economia do terceiro setor, sem recorreremos ao papel que a Santa Casa, e de um modo geral, todas as misericórdias cumprem, diariamente, de norte a sul do País.

Uma obra que assenta no princípio básico e fundamental de socorrer os estratos sociais mais vulneráveis.

No recente debate quinzenal, o presidente do Grupo Parlamentar do PSD pôs, com clareza, o dedo na ferida: *"O dinheiro dos pobres e das obras sociais não dever ter por destino os bancos"*.

Para o PSD, há matérias que não se podem esboroar na espuma dos dias. São questões de princípio. O PSD é um partido de causas e a solidariedade social é uma marca indelével do ADN e da nossa matriz ideológica.

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa intervém, por isso, para cuidar dos mais necessitados. Os seus recursos destinam-se para as situações de precariedade e carência social. Alocar tais recursos ao sector financeiro é enveredar por um jogo de Casino, de alto risco, não compaginável com decisões que se pretendem responsáveis e assertivas.

Independentemente do formato e da natureza jurídica da operação, afigura-se como irracional afetar recursos de natureza social, para salvar uma instituição bancária ou fazer aplicar no sistema bancário, que tem consumido milhares de milhões de euros dos portugueses.

A ideia de recorrer ao património da Santa Casa de Lisboa para injetar capital no Montepio revela a leviandade com que o atual Governo encara os assuntos do País. De uma ligeireza absoluta.

Infelizmente, o ano de 2017 expôs as vulnerabilidades de um Governo que se mostrou inepto para proteger os cidadãos. Até o Pinhal de Leiria, um símbolo identitário do território nacional, foi destruído em horas pelo fogo, por um lamentável falhanço do sistema de proteção civil. Utilizar o dinheiro dos pobres para salvar bancos não andarás muito longe de um ato pirómano.

O PSD irá denunciar na primeira linha e recorrer a todos os instrumentos parlamentares e de participação cívica, para apurar os reais contornos desta operação. Porque se impõe a defesa intransigente do primado da missão social sobre os interesses financeiros até às últimas consequências para, no limite, impedir o absurdo.

Rui Rio na Bolsa de Turismo de Lisboa

"HÁ VIDA PARA DA ECONOMIA



A LÁ



Em visita à Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), o presidente do PSD manifestou preocupação pelo facto de economia estar a crescer “cada vez menos”. Rui Rio lembra que não está tudo bem em Portugal, como acontece na saúde, na educação ou na política florestal. Dando como exemplo a dinâmica do Turismo, o presidente social-democrata alertou que é necessário impulsionar a competitividade de toda a economia portuguesa “O turismo foi sempre uma área crucial para a economia portuguesa”, afirmou na quinta-feira, 1 de março, o presidente do PSD em visita ao certame. “Atualmente, um pouco mais”, continuou para, logo, defender que o País deve dar a devida “atenção” ao setor, a fim de “não matar a galinha dos ovos de ouro”. Salientando que “o turismo é fundamental” (e que, por isso mesmo, deve ser acarinhado), o líder do PSD assinalou que o país “não pode estar dependente de um só setor”, mas deve promover a competitividade de toda a economia portuguesa.

Rui Rio, ao responder aos jornalistas sobre o impacto do crescimento económico, destacou que “a economia não está a correr tão bem assim”, já que cresce “cada vez menos”. “Diga-se de passagem que já está a definhar”, acrescentou.

O presidente do PSD começou por explicar que “é sempre mais fácil fazer oposição quando a economia corre mal” para, depois, defender que “há vida e país para lá da economia”. Disse ainda que “há muitas coisas em Portugal que não estão bem”, pelo que cabe à oposição “obrigar o Governo a fazer bem”. “Não vou deixar de conseguir oposição porque alguns indicadores estão bons”, esclareceu. “Na saúde está tudo bem? Na educação está tudo bem? Na política florestal está tudo bem? Não está, e sabemos que não está”, afirmou Rui Rio.





Debates quinzenais “têm de ser esclarecedores”

Sobre a estreia de Fernando Negrão enquanto líder parlamentar, Rui Rio manifestou-se agradado com o “debate como um todo” e defendeu que os debates quinzenais “têm de ser mais calmos e esclarecedores”. E foi mais longe: “quando transformamos o parlamento numa arena, de uns contra os outros a gritar, acho que isso descredibiliza o Parlamento e os protagonistas”. Para o presidente do PSD, o debate da semana passada teve “um cariz diferente” e, na sua opinião, “melhor”, “muito pelo tom que o Dr. Fernando Negrão lhe imprimiu”. Argumentou que não só “a imagem do Parlamento sai reforçada”, mas também a discussão se torna mais credível.

Assinalando que enquanto foi deputado à Assembleia da República não esteve “sempre de acordo com tudo”, o líder do PSD reforçou que conta com os 89 deputados que integram a bancada social-democrata. “Se houver alguns que não quiserem colaborar, não os posso obrigar”, disse, acrescentando que “a consciência deles é que dirá”. Afirmou, ainda, que a reunião com o Grupo Parlamentar acontecerá “numa primeira oportunidade”, depois da eleição dos coordenadores e vice-coordenadores (agendada para esta sexta-feira).

O presidente do PSD avisou que “a economia não está a correr tão bem assim” e “já está a definhar”, mas considerou que “há oposição para lá da economia”, porque há outras áreas em Portugal com problemas.

“É verdade que é sempre mais fácil fazer oposição quando a economia corre mal do que quando a economia não corre mal, mas em primeiro lugar a economia não está a correr tão bem assim e há oposição para lá da economia, há vida para lá da economia, há país para lá da economia”.

A BTL é maior feira de turismo do país, recebeu mil expositores oriundos de 39 destinos internacionais. Marrocos foi o estado convidado da 30.ª edição Bolsa de Turismo de Lisboa, que decorreu na Feira Internacional de Lisboa (FIL).



Reunião com a líder do CDS/PP

“HÁ UMA COISA QUE NOS UNE: SERMOS OPOSIÇÃO”



O presidente do PSD lembrou, depois de um encontro com Assunção Cristas, que PSD e CDS/PP sempre tiveram um bom relacionamento e que os une o facto de não se reverem nesta solução governativa. Porém, “cada um segue o seu caminho”, disse. Esclareceu, ainda, que o entendimento entre partidos é essencial para que se alcancem reformas que perdurem no tempo. O PSD está, assim, tão próximo do PS como do CDS.

“Temos ideias comuns naquilo que de mau tem esta governação”, afirmou na quinta-feira, 1 de março, o presidente do PSD, após um encontro com Assunção Cristas. “Há uma coisa que nos une: sermos oposição ao Governo, fazendo cada um o seu caminho”, explicou, depois de ter lembrado que o bom relacionamento que sempre existiu entre o PSD e o CDS/PP.

Rui Rio referiu-se à existência de “uma visão comum em que nem o PSD, nem o CDS se reveem nesta solução governativa”, lembrando um passado em que presidiu ao município do Porto, durante três mandatos, em coligação com o mesmo partido, o que acontecera também nos anos em que assumiu a liderança da Associação de Estudantes da Faculdade de Economia do Porto.

Ambos os partidos têm “uma ideia comum” e que passar por “substituir esta solução governativa”. “Portanto, nas próximas eleições legislativas há que fazer um esforço nesse sentido”, acrescentou, destacando que “cada um segue o seu caminho”, pese embora se venham a “cruzar com muita facilidade” por serem oposição.

Entendimento entre partidos: Realizar “reformas estruturais”

Rui Rio lembrou que tem feito um esforço mostrar a necessidade de haver entendimentos entre os partidos que, por sua vez, possam conduzir a “reformas estruturais que de outra forma não haverá”. “Se não nos entendermos, há reformas que nunca serão feitas e que já o deviam ter sido”, assegurou. Disse ter encontrado, quer no encontro com o primeiro-ministro, quer com a líder do CDS/PP, “recetividade para esta ideia e vontade de participarmos em conjunto nesse caminho”.

Esclareceu nunca ter dito “que queria fazer um acordo com o PS”. “Disse sempre que queria fazer acordos estruturais com todos os partidos”, explicou para, depois, explicar: as medidas que venham a ser tomadas “têm de ser muito fortes”, de modo a perdurarem no tempo. “Se for por acordo de todos lá ficarão”, afirmou Rui Rio, acrescentando que caso os partidos não estejam de acordo poderão vir a ser alteradas com, por exemplo, a tomada de posse de um novo governo.

Justiça, sistema político, descentralização, Segurança Social, natalidade ou desertificação do interior têm sido alguns dos temas que o líder do PSD tem levado às reuniões com o Presidente da República, com o primeiro-ministro e, agora, com a presidente do CDS e nos quais poderá ser possível “chegar a acordo”, disse.



PRESIDENTE DO PSD REÚNE COM COORDENADORES E AUTARCAS

O presidente do PSD reuniu dia 28, na sede nacional, com Manuel Castro Almeida e Álvaro Amaro, os dois coordenadores nomeados para tratar dos dossiês do próximo Quadro de Apoios Comunitários e da Descentralização, respetivamente.

No encontro com Rui Rio, estiveram ainda presentes vários autarcas do PSD com representação nos órgãos da direção da Associação Nacional de Municípios, assim como um representante da Área Metropolitana de Lisboa e do Porto. Em cima da mesa esteve a discussão dos dois temas.



Castro Almeida

DEFENDER O INTERESSE NACIONAL NAS NEGOCIAÇÕES DOS FUNDOS ESTRUTURAIS



O PSD está “ativamente ao lado do Governo para que o país possa ganhar o mais possível” no envelope financeiro do próximo quadro comunitário de apoio. Manuel Castro Almeida reitera a disponibilidade do Partido Social Democrata para apoiar o Governo na defesa do interesse nacional em Bruxelas, quando forem distribuídas as verbas para o Portugal 2030.

Para o vice-presidente, a participação do PSD na negociação do Portugal 2030 deve ter como “critério principal” o interesse dos portugueses: “Se é bom para o país, o PSD deve estar alinhado com o interesse do país”. Justifica-se, por isso, “que haja este diálogo e a procura de consenso entre o principal partido de oposição e que aspira a ser governo, que é o PSD neste momento”.

O coordenador para o tema do próximo quadro comunitário de apoio analisa a primeira fase de negociações com o Executivo de António Costa, que espera que esteja concluída até ao verão. Uma fase que consiste “em definir um pacote financeiro”, ou seja, estabelecer “quanto dinheiro virá para Portugal”. Castro Almeida não hesita: “Do lado do PSD, nós vamos ajudar o Governo. Vamos estar ao lado do Governo, para que o Governo possa trazer para Portugal o máximo de fundos europeus. Não temos nenhuma dúvida a este respeito”.

Castro Almeida faz valer as vantagens do apoio social-democrata nas negociações em Bruxelas. É que o PSD integra a família do Partido Popular Europeu, a maior força política no contexto comunitário. “Dá-se até a circunstância de que o coordenador do PPE na comissão de orçamento, que é muito importante, é um deputado português”, acrescenta.

A disponibilidade do PSD é total, nesta primeira fase de negociações do Portugal 2030. O vice-presidente avisa, contudo, que, num segundo momento, “vamos discutir com o Governo as principais prioridades e quanto dinheiro vamos afetar a cada uma” e aí “vamos ter diferenças de opiniões, que vamos procurar consensualizar, aplanar divergências, tentar chegar a acordo”.



Salvador Malheiro no almoço do International Club of Portugal

“INTERESSES INSTALADOS” DA ENERGIA PREJUDICAM OS CONSUMIDORES



Os consumidores deveriam estar a “pagar menos” pelo valor dos contratos de aquisição de energia (CAE) e dos custos para a manutenção do equilíbrio contratual (CMEC). O vice-presidente do PSD, que participava como orador convidado do almoço-debate do Internacional Club of Portugal, dia 2, critica a “rentabilidade tão elevada” dos CMEC e das tarifas bonificadas das energias renováveis. “Devíamos pagar menos e devia haver essa coragem e essa frontalidade de tentar resolver o problema”, afirmou.

O também presidente da Câmara Municipal de Ovar falava sobre “Ambiente e Energia ao serviço do crescimento económico”. No seu entender, é preciso “ter a coragem, a ousadia e a firmeza de olhar para esta matéria sem ceder aos interesses instalados”. “Sei que toda a gente deve ter tentado fazer isso, mas nós temos de combater os grandes ‘lobbies’ do setor energético em Portugal”, defendeu.

“Acho que nós neste momento já não devíamos estar a pagar estes valores à EDP no que diz respeito aos CMEC. Neste contexto, teremos de nos questionar todos se as tarifas que existem neste momento são as tarifas corretas ou se já estamos em condições de poder reduzir”, insistiu.

Salvador Malheiro lembrou a atuação do antigo secretário de Estado da Energia, Henrique Gomes, que “tentou falar, negociar, e não conseguiu” reduzir os custos associados aos CMEC. “Penso que deu um extraordinário exemplo e nós temos de ir por aí”, frisou.

Os contratos de aquisição de energia (CAE), apontou Salvador Malheiro, foram concebidos “em boa hora” no final da década de 1980, quando “as Câmaras Municipais deviam fortunas das suas faturas energéticas”, e poucos estavam dispostos a investir na produção de energia, sendo necessário um incentivo. De igual forma, os custos de manutenção do equilíbrio contratual (CMEC), “também foram constituídos na melhor das intenções”.

O vice-presidente do PSD fez questão de ressaltar que estas posições são inteiramente pessoais, ao mesmo tempo que admitiu como importante “haver empresas fortes e resilientes” como a Galp e a EDP. No entanto, é essencial “colocar o interesse de Portugal acima de tudo”.

Debate quinzenal

DINHEIRO DOS POBRES É PARA OBRAS SOCIAIS, NÃO PARA SALVAR BANCOS



esquerda a tomar uma decisão destas, para mais com o silêncio do PCP e BE". Foi mais ainda mais longe: "Isto faz-me lembrar o Robin dos Bosques, mas ao contrário: é tirar dinheiro dos pobres para pôr nos bancos".

Desafiou o Governo a pronunciar-se sobre o motivo pelo qual entidades como a Caixa de Crédito Agrícola não aceitaram fazer parte do capital do Montepio Geral. "Porque é que mais nenhuma misericórdia acompanhou a Santa Casa? Qual a razão de não ter aparecido nenhum investidor privado?". "Isto diz tudo sobre o risco desta operação", apontou Fernando Negrão, salientando tratar-se de dinheiro da ação social.

"É para trabalhar em nome do interesse nacional, foi para isso que fomos eleitos, que aqui estamos", afirmou, quarta-feira, 28 de fevereiro, Fernando Negrão naquele que foi o seu primeiro debate quinzenal enquanto líder da bancada social-democrata. O presidente do grupo parlamentar do PSD cumprimentava, assim, todas as bancadas, incluindo "o Bloco de Esquerda, apesar de ter dito que não queria nada com o PSD", assinalou, salientando a "profunda cultura democrática" de que são dotados os deputados social-democratas.

Destacando que lidera "uma bancada de oposição", o antigo ministro da Segurança Social, da Família e da Criançada garantiu que essa mesma oposição será exercida "de forma responsável, construtiva, mas firme", tendo como linha orientadora o interesse nacional. É, aliás, em prol do interesse do país que a bancada do PSD manifesta disponibilidade para "dialogar e chegar a acordo" no que respeita a "grandes questões de interesse nacional e de regime". Referiu-se, contudo, à "atitude de firmeza" que se exige em relação à governação, já que o PSD "não abdica de representar os portugueses que não se reveem neste Governo".

O PSD levará até às últimas consequências o negócio de injeção de capital da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa na instituição bancária Caixa Económica Montepio Geral. No primeiro debate quinzenal enquanto líder parlamentar, Fernando Negrão reiterou que o PSD se opõe a "uma operação de grande risco", como aquela que o Governo está a preparar.

A posição social-democrata é muito clara: é PSD é "contra, em qualquer circunstância", disse Fernando Negrão. Lembrou que "o próprio líder do PSD já o afirmara, claramente". Justificou esta posição com o facto de "o dinheiro dos pobres e das obras sociais não dever ter por destino os bancos". Trata-se de "uma questão de princípio".

A entrada de capital no Montepio é considerada "uma operação de grande risco", alertou o presidente da bancada social-democrata. "Se houver o mínimo sinal de que esta operação não acautela os interesses financeiros da SCML, o grupo parlamentar está disposto a usar todos os instrumentos parlamentares à sua disposição para fiscalizar e para investigar até às últimas consequências".

Fernando Negrão quis, assim, questionar o Executivo sobre se a decisão está tomada, que valor acarreta e em que condições poderá acontecer. Lembrando que "o ministro da área já falou na construção de um banco de Economia Social" e que a SCML já "indicou alguém para a representar na administração do Montepio", insistiu: "tudo o que envolva banca é sempre de alto risco que não deve ser assumido pelas entidades sociais, mas por entidades privadas que têm o dever e a obrigação de assumir esses riscos".

O líder parlamentar aproveitou para assinalar que "o passado não aconselha operações com risco desta natureza". Estranhou, a esse propósito, o "silêncio completo" da esquerda: "O que me espanta é ver um governo de



“SUBFINANCIAMENTO CRÓNICO” NO INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO



“Existe aqui no Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) uma situação de subfinanciamento crónico. É necessário rever as circunstâncias, porque as instituições precisam de ver os seus orçamentos ajustados às suas necessidades e há muitos anos que se vem a arrastar esta situação, se bem que ultimamente se agravou”, acusa Manuel Frexes, após uma visita à instituição.

Os deputados eleitos pelo círculo de Castelo Branco, Manuel Frexes e Álvaro Batista, sublinham que a principal questão que afeta o IPCB é o financiamento, situação que se arrasta há muito tempo e que se tem agravado com algumas decisões governamentais.

“Falo, por exemplo, na devolução de rendimentos, em que existe uma carga de valores que não tem sido acomodada devidamente”, disse.

O social-democrata adianta que o orçamento do IPCB tem vindo a ser reduzido nos últimos três anos, sendo que as despesas da instituição aumentaram muito, sobretudo com a devolução de parcelas que estavam congeladas.

“É necessário que o Governo esteja consciente das dificuldades que cria às instituições e que providencie um envelope financeiro para as instituições, que já fazem um esforço enorme para sobreviver às condições adversas que têm e que têm orçamentos que no final do ano poderão ser deficitários”, frisou.

Já o deputado Álvaro Batista frisou que, neste momento, não existe nenhuma medida de diferenciação positiva no IPCB em relação a instituições semelhantes que estão situadas no litoral.

“Achamos isso grave quando o atual Governo fala tanto de interioridade. Quando comparamos os números, verificamos que as instituições do interior estão prejudicadas, visto que as do litoral recebem mais por aluno. Não é aceitável”, sustentou.

Os deputados do PSD deixaram a promessa de interrogar o ministro do Ensino Superior com as situações verificadas e relatadas pelo IPCB.

“É inaceitável que o IPCB, para apresentar o orçamento, tenha sido obrigado a ficcionar uma receita superior a um milhão de euros, para fazer de conta que o orçamento está equilibrado e não está. É mais um problema que cresce”, concluiu Álvaro Batista.

CÂMARA DE MATOSINHOS DESRESPEITA A LEI

O PSD/Matosinhos acusa a Câmara Municipal, de maioria PS, de violar a lei por causa da decisão de renovar a constituição da empresa municipal Matosinhos Sport. O PSD/Matosinhos irá levar o caso à Procuradoria-Geral da República e ao Tribunal de Contas. “A Câmara de Matosinhos não quer saber das obrigações que a Lei lhe atribui e atira ao caixote do lixo acórdãos do Tribunal de Contas transitados em julgado. Desde 2013 que a empresa municipal Matosinhos Sport vive na ilegalidade”, acusa o PSD de Matosinhos em comunicado.

Em causa, está a empresa que existe há 15 anos e é detida pelo município de Matosinhos, tendo sido criada para gerir os equipamentos desportivos municipais e promover a prática desportiva.

A proposta que visa renovar a constituição desta empresa foi aprovada em reunião de câmara e posteriormente na Assembleia Municipal que decorreu na semana passada, mas esta decisão tem levantado críticas por parte de alguns partidos e movimentos independentes que são oposição ao executivo liderado pela socialista Luísa Salgueiro.

O PSD considera que a Câmara de Matosinhos não está a acatar a lei: “Inexplicavelmente, a Câmara de Matosinhos em vez de cumprir a Lei e as decisões transitadas em julgado, decisões que, repete-se, foram escondidas de toda a oposição, vem agora com a ‘renovação do ato de constituição’ da Matosinhos Sport. O que qualquer pessoa de bem tem de fazer é cumprir a Lei e acatar as decisões dos Tribunais”, refere o PSD/Matosinhos.

“Mas as ilegalidades não ficaram por aí: dois dos contratos de locação financeira eram para pagar relvados sintéticos de dois clubes. Curiosamente, ou talvez não, cinco meses após o Tribunal de Contas ter proibido a Câmara de Matosinhos de assumir os pagamentos dos contratos de locação financeira, a câmara atribui a cada um desses clubes um subsídio de 305 mil euros a um e um de 290 mil euros a outro para ‘comprarem’ à Matosinhos Sport, entre outras coisas, relvados sintéticos. Tudo isto é demasiado grave”, critica o PSD.

SALVADOR MALHEIRO EM MARCO DE CANAVESES



Salvador Malheiro esteve no sábado, dia 3 de março, na tomada de posse dos novos órgãos do PSD e JSD do Marco de Canaveses, presididos por Luís Vales e Hugo Silva, respetivamente.

O vice-presidente apelou à mobilização na pluralidade que marcou sempre o PSD. Porque, lembrou, Rui Rio conta com todos.



PSD/AÇORES PROPÕE REFORMA DO PARLAMENTO REGIONAL

Duarte Freitas defende a criação, “o mais rapidamente possível”, de um grupo de trabalho para reformar funcionamento do parlamento, com o objetivo de criar “mais espaço para o debate político” e reforçar o papel das comissões parlamentares.

“O PSD apresenta uma proposta, um método e um ‘timing’ em concreto. Quanto à proposta de reforma do funcionamento do parlamento, pretende-se criar mais espaço para o debate político e para a subida a plenário das questões de ilha. Pretende-se também uma nova abordagem da atividade parlamentar, acentuando o papel das comissões no processo legislativo e reforçando a sua visibilidade”, afirmou Duarte Freitas, em conferência de imprensa, dia 1 de março de 2018

Duarte Freitas falava ao lado do representante social-democrata que será nomeado para este grupo, o deputado António Soares Marinho. O líder dos social-democratas açorianos frisa que esta proposta visa também “o aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização da atividade governativa, nomeadamente abrindo a possibilidade de apreciação, pelo parlamento, de iniciativas legislativas da responsabilidade do governo regional”.

“Propõe-se também a criação de um debate anual sobre o estado da Região, bem como a divulgação pública dos requerimentos não respondidos nos prazos legalmente estabelecidos”, acrescentou.

Duarte Freitas revelou que enviou à presidente da Assembleia Legislativa dos Açores uma carta “pedindo a convocação de uma conferência de líderes extraordinária, para que seja constituído o grupo de trabalho para a reforma do regimento”.

Duarte Freitas assegura que o PSD/Açores está “certo da importância, mas também da exigência de diálogo e consensualização, desta reforma para o funcionamento e imagem do parlamento regional”. “Sublinhamos toda a nossa abertura para chegar aos entendimentos necessários”, garantiu.

O líder social-democrata lembrou que o PSD/Açores começou por dar um contributo pessoal para este processo em fevereiro de 2017, através de um conjunto de propostas enviado à presidente do parlamento, e que “urge agora dar os passos imprescindíveis para que se possa rever o regimento em tempo útil”.



PSD PROTESTA CONTRA INTERRUPTÃO DA LINHA LILÁS

As comissões políticas do PSD da Terceira, São Jorge e Graciosa manifestaram-se preocupação em relação ao anúncio feito, dia 27, pela secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas de que a reestruturação do serviço da Atlânticoline irá implicar a suspensão da Linha Lilás. As estruturas presididas por Francisco Câmara (Terceira), Paulo Silveira (São Jorge) e João Bruto da Costa (Graciosa) consideram que a opção avançada “confirma a falta de estratégia, que se tem mostrado prejudicial à desejada normalidade das ligações marítimas de passageiros e viaturas entre aquelas ilhas, especialmente no período de verão, já afetada por via do infeliz acidente com o navio ‘Mestre Simão’”, afirmam.

Para os social-democratas, as decisões entretanto tomadas pelo Executivo, “no caso da Terceira, num atraso constante da construção da Rampa ‘Ro-Ro’ no Porto das Pipas; em São Jorge, no início tardio para se ter uma estrutura semelhante na Calheta; e na Graciosa, a repetida intransigência face à necessidade de haver mais ligações para a ilha”, apenas provam “que há um desnorte completo do governo socialista em todo o processo”.

“Depois de praticamente duas décadas de indefinições, com sucessivos aluguers de barcos e um sem-número de planos e alterações à política do transporte marítimo de viaturas e passageiros, vão ser novamente os açorianos destas ilhas a pagar as más decisões. Sendo que esta interrupção da Linha Lilás se afigura de uma extrema gravidade em termos económicos”, alertam.

Os responsáveis pelas três comissões políticas lembram que, “numa altura que o Turismo é a única atividade a dar sinais positivos para os nossos empresários, acabar com aquela ligação é um forte revés para quem já tinha delineado um ano de trabalho e aguardava pelo verão para sustentar as suas atividades”.

Para os social-democratas da Terceira, São Jorge e Graciosa, “depois de mais um lamentável acidente com uma das embarcações da Atlânticoline, exigia-se outra postura dos nossos governantes. Infelizmente, sucedem-se as incongruências e as injustiças, com os açorianos a serem uma vez mais cobaias de uma gestão sem rumo”, concluem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA QUER REVER ESTATUTO DO BOMBEIRO

A Assembleia Municipal de Ponta Delgada aprovou uma recomendação do PSD que propõe ao governo regional a revisão e o aperfeiçoamento do Estatuto do Bombeiro nos Açores. A proposta, que contou com os votos favoráveis do PSD, defende a criação de um grupo de trabalho que elabore uma proposta de revisão e aperfeiçoamento do Estatuto do Bombeiro na Região Autónoma dos Açores, considerando a especificidade e características de carreira diferentes das dos colegas do resto do país, e da qual devem fazer parte membros designados pela Associação de Municípios dos Açores.

Para os social-democratas, esse trabalho deverá considerar a concessão de um conjunto de benefícios na área social, económica e financeira, aos bombeiros açorianos e seus familiares diretos.

Pretende-se que todas as Associações de Bombeiros da Região sejam abrangidas, de forma a consagrar o grande e imprescindível contributo daquela classe profissional na salvaguarda da vida dos seus concidadãos e na integridade dos seus haveres.

Para o grupo municipal do PSD em Ponta Delgada, será assim possível reconhecer e dignificar uma forma de vida, e a abnegação que muitas vezes não é devidamente recompensada em termos financeiros.

Sendo por isso de vital importância a sua incrementação, através do reconhecimento e homologação do seu estatuto, da sua carreira profissional, reconhecendo e atribuindo um conjunto de benefícios sociais, económicos e financeiros que permitam não só reconhecer e valorizar o trabalho desenvolvido, mas também incentivar outros a enveredar por aquela carreira, tão necessária para a proteção de pessoas e bens, e para a eficaz organização da sociedade.

POVO LIVRE

Director: Diogo Vasconcelos

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povollivre@psd.pt

Durão Barroso na interpelação sobre as relações com Angola



Governo não soube assegurar o respeito que é devido a Portugal

páginas 10 a 13

Comemorações do 25 de Abril no Parlamento



É preciso estar atento aos sinais e os sinais, hoje, são preocupantes

● disse Ferreira do Amaral

páginas 8 e 9

o Barroso sobre Iniciativa Legislativa do PSD
novo Enquadramento do Orçamento de Estado
ria gravíssimo se no futuro não
vesse uma margem de manobra
suficiente para gerir o equilíbrio
da economia portuguesa

página 19

20º aniversário da morte de Sá Carneiro

**PSD propõe
ao Presidente do Parlamento
iniciativas
para assinalar a data**

página 3

Edição n.º 1214 do "Povo Livre" | de 3 de maio de 2000

Neste número, o então presidente do PSD, Durão Barroso, interpelava o primeiro-ministro, António Guterres, sobre a degradação no relacionamento diplomático entre Portugal e Angola. Durão Barroso acusava o Partido Socialista de tratar com dificuldade as questões africanas, especialmente o caso de Angola. "A existência de boas relações com esses Estados não pode também fazer-se à custa de cedências em matéria de direitos humanos", acusava o líder do PSD.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEPÇÃO

Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



ARGANIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arganil, para reunir, no próximo dia 07 de Abril de 2018, (sábado) pelas 14h00, na sede, sita no Largo Padre Manuel Vasconcelos Delgado, nº 3, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Eleição da Comissão Política de Secção
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 14h00 às 20h00.

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Braga, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 16 de Março de 2018, (sexta-feira) pelas 21h30, no Hotel Mercure, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Informações
2. Aprovar as contas anuais referentes a 2017
3. Fazer a análise da situação política local nacional

CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cantanhede, para reunir no próximo dia 23 de Março de 2018 (sexta-Feira), pelas 21h00, na Biblioteca Municipal de Cantanhede, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Tomada de Posse da Comissão Política e da Mesa da Assembleia da Secção de Cantanhede do PSD

COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Covilhã, para reunir no próximo dia 16 de Março de 2018 (sexta-Feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Ruy Faleiro, nº 46 – 1º Dtº., com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações gerais
2. Apresentação do Plano de Actividades 2018 e Orçamento 2018
3. Análise da situação política
4. Outros assuntos

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Figueiró dos Vinhos, para reunir, no próximo dia 09 de Março de 2018, (sexta-feira) pelas 18h00, na sede, sita na Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, nº 8, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Balanço do XXXVII Congresso do PSD
2. Análise da situação política actual

3. Aprovação das contas do ano de 2017
4. Outros assuntos

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Loures, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 26 de Março de 2018, (segunda-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 Loja nº 4 – Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Informações
2. Apresentação e votação do Relatório e Contas da secção de 2017
3. Apresentação do Relatório de Actividades do 1º trimestre de 2018 e apreciação do Orçamento para 2018
4. Análise da situação política local e nacional

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Loures, para reunir, no próximo dia 23 de Abril de 2018, (segunda-feira) pelas 17h00, na sede, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 Loja nº 4 – Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
2. Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 17h00 às 23h00

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Varzim, para reunir no próximo dia 23 de Março de 2018 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Praça do Almada, nº 7, escritório 1, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise e aprovação do Relatório e Contas do ano de 2017
2. Análise da situação política actual
3. Outros assuntos

SOUSEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Soussel, para reunir no próximo dia 15 de Março de 2018 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Rua Direita, nº 5, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações
2. Eleições Autárquicas 2017
3. Plano de actividades da CPS de Soussel para 2018
4. Análise da situação política

TORONTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Toronto, para reunir, no próximo dia 14 de Abril de 2018, (sábado) pelas 18h00, na Casa do Alentejo de Toronto, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Eleição da Comissão Política de Secção
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 20h00.

NÚCLEO LITORAL / PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se

a Assembleia do Núcleo Litoral do Porto para reunir no próximo dia 22 de Março de 2018, (quinta-feira) pelas 21h30, na sede da Junta de Freguesia de Aldoar, sita na Rua da Vilarinha, – Porto, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Análise da situação política

RIO TINTO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Rio Tinto – Gondomar, para reunir no próximo dia 28 de Abril de 2018, (sábado) pelas 20h30, na sede, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31 - Gondomar, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo de Rio Tinto

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política do Núcleo ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 20h30 às 22h30



RECTIFICAÇÃO LOCAL

CONGRESSO DISTRITAL JSD COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o IV Congresso Distrital da JSD Coimbra, para reunir no próximo dia 24 de Março de 2018 (Sábado), pelas 14h30, no Auditório do ISEC, sita na Rua Pedro Nunes, 3030-199, no Concelho de Coimbra, com o seguinte Regulamento.

RECTIFICAÇÃO

NÚCLEO DE UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA MARIA DA FEIRA, TRAVANCA, SANFINS E ESPARGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, para o dia 24 de Março de 2018 pelas 10h30, na Sede do PSD/JSD da Feira, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 10h30m e as 12h30m. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

RECTIFICAÇÃO DE HORÁRIO

GUARDA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS AO XXV CONGRESSO NACIONAL DA JSD

Dia: 17 de Março de 2018

Horário da Votação: das 17h30 às 19h30

Local: Sede do PSD R. Marquês de Pombal, n.º 3 - 2.º andar

Local de entrega das Listas: Sede do PSD R. Marquês de Pombal, n.º 3 - 2.º andar

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convoca-se plenário concelhio da JSD de Macedo de Cavaleiros, para reunir em sessão ordinária no dia 31 de Março de 2018, pelas 18:00h na sua sede de concelhia, situada na Rua Clara Vaz, n.º 1 – 2.º Esq.º, com seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da Situação Política Local e Nacional;
3. Outros Assuntos.

MIRANDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Mirandela, para reunir no próximo dia 6 de Abril de 2018 (sexta-feira), pelas 21 horas, na Sede da JSD de Mirandela, sita na Avenida 25 de Abril, n.º 273, Sub-Loja Esq.º, em Mirandela, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição da Mesa do Plenário Concelhio;
2. Eleição da Comissão Política Concelhia.

Notas:

As urnas estarão abertas das 21h00m às 23h00m. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

**NÚCLEO DE BOIDOBRA
COVILHÃ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da JSD inscritos na Freguesia da Boidobra para as eleições do Núcleo Residencial da Boidobra, a decorrer no próximo dia 8 de Abril das 16 às 18 horas, na sede da JSD Covilhã,

sita na Rua Ruy Faleiro, nº 46 – 1º Dtº, Covilhã. Com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário do Núcleo Residencial da JSD Boidobra

Nota: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, no local supra indicado, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD.

**NÚCLEO DE SANGUEDO
Stª. Mª. DA FEIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD de Sanguedo, para o dia 07 de Abril de 2018 pelas 14h00m, na Rua da Bela Vista, nº22, 4505-805, Sanguedo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 14h00m e as 16h00m. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

**NÚCLEO DA UF DE CANEDO, VALE
E VILA MAIOR
Stª. Mª. DA FEIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD da UF de Canelo, Vale e Vila Maior, para o dia 07 de Abril de 2018 pelas 17h00m, na Rua do Centro Social N.º 126, 4525-117, Canelo (Santa Maria da Feira), com a seguinte ordem de

trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 17h00m e as 19h00m. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

**ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE
AO POVO LIVRE ANTERIOR
NESD/JSD ISCTE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da JSD inscritos no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, para as eleições do Núcleo de Estudantes Sociais Democratas da referida instituição, a decorrer no próximo dia 19 de Março de 2018, das 15h às 17h, no Atrium do Edifício C, sito na Av. das Forças Armadas 376, 1600-077 Lisboa, ISCTE- IUL. Com a seguinte ordem de trabalhos: Ponto Único: Eleição dos órgãos da Direção e da Mesa do Plenário do NESD ISCTE.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Coordenador Distrital do Ensino Superior, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, no local supra indicado, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD.

**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**